COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.703, DE 2006

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO

Dispõe sobre o exercício da medicina.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado EDINHO BEZ

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei aprovado pelo Senado Federal que dispõe sobre o exercício da medicina.

A proposta define o objeto da atuação do médico (art. 2º), determina que a sua atuação se dará *em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde* (art. 3º), relaciona as atividades e as ações administrativas privativas dos médicos (arts. 4º e 5º, respectivamente), reitera que a denominação de médico é *privativa dos graduados em cursos superiores de medicina* e condiciona o exercício da profissão ao registro no Conselho Regional de Medicina – CRM (art. 6º) e, por fim, confere competência ao Conselho Federal de Medicina – CFM para *editar normas sobre quais procedimentos podem ser praticados por médicos, quais são vedados e quais podem ser praticados em caráter experimental*, submetendo aos CRM a competência para fiscalizar o cumprimento dessas normas (art. 7º).

Esgotado o prazo regimental, foram apresentadas 60 (sessenta) emendas à proposição.

Em nosso parecer concluímos pela aprovação do projeto e de três emendas, na forma de um Substitutivo. Foi, então, aberto prazo de cinco sessões para apresentação de emendas, a partir do dia 11 de novembro de 2008, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Findo o prazo regimental, foram apresentadas catorze emendas ao Substitutivo, assim discriminadas:

Emenda nº 01, da Deputada Thelma de Oliveira, propõe a supressão do inciso I do art. 5º do Substitutivo, que dispõe ser privativo dos médicos a *“direção e chefia de serviços médicos”*;

Emenda nº 02, da Deputada Thelma de Oliveira, suprime o inciso VII do § 5º do art. 4º do Substitutivo, que excetua do rol de atividades privativas dos médicos *“a realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos, sem emissão de diagnóstico nosológico”*;

Emenda nº 03, da Deputada Thelma de Oliveira, propõe a supressão do inciso III do § 4º do art. 4º do Substitutivo, que caracteriza como procedimentos invasivos as situações em que haja *“invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para injeção, sucção, punção, insuflação, drenagem, instilação ou enxertia, com ou sem o uso de agentes químicos ou físicos”*;

Emenda nº 04, da Deputada Thelma de Oliveira, suprime o inciso XV do art. 4º do Substitutivo, que dispõe ser privativa dos médicos as atividades de *“atestação do óbito, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico”*;

Emenda nº 05, da Deputada Thelma de Oliveira, suprime o inciso VIII do art. 4º do Substitutivo, que dispõe ser privativa dos médicos as atividades de *“emissão dos diagnósticos anatomopatológicos e citopatológicos”*;

Emenda nº 06, da Deputada Alice Portugal, modifica a redação do inciso VIII do art. 4º e do inciso VII do § 5º do art. 4º para:

“Art. 4º.....”

VIII – emissão dos diagnósticos anatomopatológicos;

.....
 § 5º.....

VII – a realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos;”

Emenda nº 07, da Deputada Gorete Pereira, propõe a supressão do inciso IX do art. 4º, que prevê como atividade privativa do médico “*indicação do uso de órteses e próteses, exceto as órteses de uso temporário*”;

Emenda nº 08, da Deputada Gorete Pereira, altera a modificação do inciso I do art. 4º, que passa a ser a seguinte:

“I – formulação do diagnóstico nosológico médico e respectiva prescrição da terapêutica médica”

Emenda nº 09, da Deputada Gorete Pereira, propõe a supressão do inciso III do § 4º do art. 4º do Substitutivo, que caracteriza como procedimento invasivo a “*invasão dos orifícios naturais do corpo, atingindo órgãos internos*”;

Emenda nº 10, da Deputada Gorete Pereira, modifica a redação do inciso II do § 4º do art. 4º do Substitutivo, que passa a ser a seguinte

“II – invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para injeção, sucção, insuflação, drenagem, instilação ou enxertia.”

Emenda nº 11, do Deputado Nelson Pellegrino, modifica o inciso X do art. 4º do Substitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

“X – prescrição de órteses e próteses oftalmológicas, exceto as de soluções ópticas;”

Emenda nº 12, do Deputado Marco Maia, propõe a supressão do inciso X art. 4º, que prevê como atividade privativa do médico a “*prescrição de órteses e próteses oftalmológicas*”;

Emenda nº 13, da Deputada Alice Portugal, modifica o inciso III do art. 4º do Substitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

“III – indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias.”

Emenda nº 14, do Deputado Roberto Santiago, propõe nova redação para o § 6º do art. 4º, nos seguintes termos:

“§ 6º o disposto neste artigo não se aplica ao exercício das atividades de formação superior em saúde.”

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Posicionamo-nos anteriormente pela aprovação do projeto oriundo do Senado Federal na forma do Substitutivo, ao qual foram apresentadas catorze emendas, sobre as quais devemos nos manifestar.

Preliminarmente, deve ser mencionado que o Substitutivo apresentado foi fruto de ampla discussão com as categorias que integram a área de saúde, tendo sido o mais próximo que se chegou de um consenso.

Certamente, a discussão da matéria não está esgotada no substitutivo, até porque a proposta também tramitará pela Comissão de Seguridade Social e de Família para exame do mérito. Contudo o resultado da tramitação na CTASP, consolidado no Substitutivo, procura contemplar o interesse de todas as categorias que integram a área de saúde, e não apenas dos profissionais de medicina.

Feita essa introdução, passamos à análise das emendas oferecidas ao Substitutivo.

Como informado no relatório, foram apresentadas catorze emendas. Em nosso exame, todavia, notamos que a maioria delas reproduz sugestões que já haviam sido oferecidas, em termos semelhantes, ao projeto original.

Naquela oportunidade, o nosso parecer, justificando o Substitutivo, concluiu que as emendas não poderiam ser aproveitadas, exceto as especificamente mencionadas em nosso voto e conclusão.

Este parecer constitui um complemento ao parecer previamente apresentado e mantemos a posição assumida quanto ao Substitutivo, que foi objeto de grande discussão e é, repita-se, o resultado mais próximo de um consenso.

Qualquer alteração ao substitutivo pode significar o fracasso das negociações e discussões até aqui engendradas com as profissões da área de saúde.

A preocupação dos autores das emendas quanto às demais profissões não é fundamentada. Os textos do projeto original e do Substitutivo são claros no sentido de preservar as competências, atribuições e funções dessas profissões.

Entendemos que as decisões livremente pactuadas, devem ser respeitadas, desde que não firam a constitucionalidade e a juridicidade que devem nortear todo e qualquer instrumento legislativo.

Nesse contexto, à luz do que foi exposto, nosso posicionamento é pela **rejeição das Emendas de nºs 1 a 14**, analisadas nesta oportunidade, e pela **aprovação do** Projeto de Lei nº 7.703, de 2006, na forma do Substitutivo anteriormente apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado EDINHO BEZ
Relator